

“CHAPEAÇÃO E MECÂNICA MARCOLIN LTDA.”

CNPJ: 28.654.851/0001-77 - NIRE: 43.208.174.384

PRIMEIRA ALTERAÇÃO E CONSOLIDAÇÃO CONTRATUAL

“CHAPEAÇÃO E MECÂNICA MARCOLIN LTDA.”

MARCO CESAR MARCOLIN, brasileiro, casado pelo regime da Comunhão Parcial de Bens, nascido aos 10 de Julho de 1.969, em Tapejara/RS, do comércio, residente e domiciliado na Rua Angelo Dalzotto, 1087, centro na cidade de Tapejara/RS, portador da Carteira de Identidade RG. Nº 1041717826 expedida pela SJS/RS e CPF. Nº 449.970.510-04; **CLEITON MARCOLIN**, brasileiro, solteiro, maior, capaz, nascido aos 28 de Junho de 1.988, em Tapejara/RS, do comércio, residente e domiciliado na Rua Pedro Coll Debella, 20 centro, em Tapejara/RS, portador da Carteira de Identidade RG. Nº 6097043605 SSP/RS e CPF. nº 010.534.460-55, únicos sócios da firma **“CHAPEAÇÃO E MECÂNICA MARCOLIN LTDA.”**, estabeleci na Rua Independência, 20, centro, na cidade de Tapejara – RS, CEP: 99.950-000, inscrita noCNPJ sob nº **28.654.851/0001-77**, NIRE nº **43.208.174.384**, resolvem alterar e consolidar o Contrato Social, mediante as cláusulas e condições a seguir:

PRIMEIRA - A sociedade tem por objeto social as atividades de:

CNAE FISCAL	ATIVIDADES
45.20-0/01	Serviços de manutenção e reparação mecânica de veículos automotores.
45.20-0/02	Serviços de lanternagem ou funilaria e pintura de veículos automotores.
45.30-7/03	Comércio a varejo de peças e acessórios novos para veículos automotores.

SEGUNDA – De acordo com a modificação ora ajustada, consolida-se o Contrato Social com a redação a seguir, revogando-se todas as disposições em contrário.

CONSOLIDAÇÃO DO CONTRATO SOCIAL

PRIMEIRA - A sociedade girará sob a firma social de:

“CHAPEAÇÃO E MECÂNICA MARCOLIN LTDA.” e terá sede na Rua Independência, 20 – centro, na cidade de Tapejara/RS, CEP: 99.950-000;



SEGUNDA - O Capital Social é **R\$ 80.000,00** (oitenta mil reais) dividido em 80.000 cotas de valor nominal R\$ 1,00 (hum real), integralizadas neste ato, em moeda corrente do País, pelos sócios:

a) MARCO CESAR MARCOLIN, nº de cotas: 40.000 R\$ 40.000,00 (quarenta mil reais);

b) CLEITON MARCOLIN, nº de cotas: 40.000 R\$ 40.000,00 (quarenta mil reais);

TERCEIRA - A sociedade tem por objeto social as atividades de:

CNAE FISCAL	ATIVIDADES
45.20-0/01	Serviços de manutenção e reparação mecânica de veículos automotores.
45.20-0/02	Serviços de lanternagem ou funilaria e pintura de veículos automotores.
45.30-7/03	Comércio a varejo de peças e acessórios novos para veículos automotores.

QUARTA - A sociedade iniciou suas atividades em 01 de Setembro de 2.017 e seu prazo de duração é indeterminado;

QUINTA - As cotas são indivisíveis e não poderão ser cedidas ou transferidas a terceiros sem o consentimento do outro sócio, a quem fica assegurado, em igualdade de condições e preço, direito de preferência para a sua aquisição se postas à venda, formalizando-se realizada a cessão delas em alteração contratual pertinente;

SEXTA - A responsabilidade de cada sócio é restrita ao valor de suas cotas, mas todos respondem solidariamente pela integralização do capital social;

SÉTIMA - A administração da sociedade caberá aos sócios **MARCO CESAR MARCOLIN e CLEITON MARCOLIN**, em conjunto ou individualmente, com poderes e atribuições de **ADMINISTRADORES** autorizado o uso do nome empresarial, vedado, no entanto, em atividades estranhas ao interesse social ou assumir obrigações seja em favor de qualquer dos cotistas ou de terceiros, bem como onerar ou alienar bens imóveis da sociedade, sem autorização dos outros sócios;

Parágrafo Primeiro: A sociedade poderá ser administrada por pessoa estranha ao quadro societário, mediante a designação deste ser aprovada por todas as sócias, observando seus poderes e atribuições conforme caput desta cláusula;

Parágrafo Segundo: Os administradores poderão constituir procuradores ou mandatários, estando estabelecidos no instrumento os atos e poderes que poderão praticar;



OITAVA - Ao término de cada exercício social, em 31 de dezembro, a administradora prestará contas justificadas de sua administração, procedendo: elaboração do inventário, balanço patrimonial e balanço de resultado econômico. Caberá aos sócios na proporção de suas cotas, os lucros ou perdas apurados;

Parágrafo único: À critério dos sócios e no atendimento dos interesses da sociedade, o total ou parte dos lucros poderá ser destinado à formação de reservas de lucros ou permanecer em lucros acumulados para futura destinação;

NONA - Nos quatro meses seguintes ao término do exercício social, os sócios deliberarão sobre as contas e designarão administrador(es) quando for o caso;

DÉCIMA - A sociedade poderá a qualquer tempo, abrir ou fechar filial ou outra dependência, mediante alteração contratual assinada por todos os sócios;

DÉCIMA PRIMEIRA - Os sócios poderão de comum acordo, fixar uma retirada mensal, a título de “pró-labore”, observadas as disposições regulamentares pertinentes;

DÉCIMA SEGUNDA - Falecendo ou interditado qualquer sócio, a sociedade continuará suas atividades com os herdeiros ou sucessores. Não sendo possível ou inexistindo interesse destes ou do(s) sócio(s) remanescente(s), o valor de seus haveres será apurado e liquidado com base na situação patrimonial da sociedade na data da resolução, verificada em balanço especialmente levantado;

Parágrafo único - O mesmo procedimento será adotado em outros casos em que a sociedade se resolva em relação a seu sócio

DÉCIMA TERCEIRA - Os Administradores declaram, sob as penas da lei, de que não estão impedidos de exercer a administração da sociedade, por lei especial, ou em virtude de condenação criminal, ou por se encontrar sob os efeitos dela, a pena que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos; ou por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato, ou contra a economia popular, contra o sistema financeiro nacional, contra normas de defesa da concorrência, contra as relações de consumo, fé pública, ou a propriedade;

DÉCIMA QUARTA - As deliberações dos sócios serão tomadas em reunião observadas as seguintes formalidades:

I - As reuniões serão convocadas pelos administradores ou pelos sócios em igualdade de condições;

II – Os sócios deverão ser convocados pessoalmente, por escrito, mediante recibo, com prazo de antecedência de 05 (cinco) dias em primeira convocação e de 03 (três) dias em segunda convocação;

III – A primeira via da convocação ficará na posse do sócio e a segunda, devidamente assinada, será arquivada na sociedade;



IV – A convocação deverá conter: hora, dia, mês, ano, ordem do dia e local da reunião. Salvo motivo de força maior, as reuniões ocorrerão sempre na sede da sociedade.

V – Independentemente das formalidades previstas neste artigo, será considerada regular a reunião a que comparecerem todos os sócios, ou se estes de declararem, por escrito, cientes do local, data hora e ordem do dia;

VI – Dos trabalhos e deliberações será lavrada Ata, de forma sumária, em livro de folhas soltas, (em duplicata), que será assinada por tantos quantos bastem à validade das deliberações. Deverão, ainda, os presentes, deliberar conforme a matéria tratada e obedecendo as disposições legais, se a Ata será ou não levada a registro na Junta Comercial;

VII – Em caso de dissidência ou recusa em receber a convocação, a mesma será feita por notificação extrajudicial, cabendo as custas da diligência àquele que recusar o recebimento da notificação;

Parágrafo único: Dispensam-se as formalidades de reunião quando em alterações contratuais ou demais deliberações, todos os sócios decidirem por escrito a matéria;

DÉCIMA QUINTA - O sócio remisso, declarado falido ou que tenha sua cota liquidada será excluído da sociedade. Também aquele que colocar em risco a continuidade da empresa por atos de inegável gravidade será excluído por Justa Causa;

DÉCIMA SEXTA - Fica eleito o foro de Tapejara/RS, para o exercício e o cumprimento dos direitos e obrigações resultantes deste contrato;

E, por estarem assim, justos e contratados, assinam o presente instrumento.

Tapejara/RS, 13 de Setembro de 2024.

Marco Cesar Mrcolin

Cleiton Marcolin

